

Congresso

Sabóia busca maioria para cancelar férias

CORREIO BRAZILIENSE

26 JUN 1990

O líder do PSB, deputado José Carlos Sabóia (MA), começa hoje a recolher assinaturas para a convocação extraordinária do Congresso durante o recesso, que começa domingo. Ele precisa, para isso, da assinatura da maioria absoluta dos membros das duas casas Legislativas, ou seja, 38 senadores e 248 deputados. Mas acredita que não será difícil obtê-las, porque há consciência entre os parlamentares da necessidade de permanecerem trabalhando em julho.

Sabóia quer incluir na pauta da convocação extraordinária, que tem de ser específica, a votação da nova política salarial, da reposição das perdas salariais, do Código do Consumidor e das leis da política de saúde e a de seguridade. E, ainda, o projeto de autoria do

deputado Nelson Jobim (PMDB/RS) que regulamenta a edição de medidas provisórias.

O líder pessebista conta a favor da sua iniciativa com a determinação constitucional segundo a qual, sem votar a Lei de Diretrizes Orçamentárias, o Congresso não entrará em recesso no dia 30 de junho, permanecendo em atividade até decidir sobre essa matéria.

O deputado José Carlos Sabóia anunciou para hoje, também, a apresentação de requerimentos de informações ao Executivo. Do ministro da Justiça, Bernardo Cabral, quer saber sobre as demissões na Funai, e do ministro da Saúde, Alcení Guerra, sobre as demissões na Sucam (Superintendência de Campanhas de Saúde Pública), já que elas atingiram 71 por cento dos mata-

mosquitos, essenciais no combate das doenças endêmicas no País.

Ainda hoje, o líder do PSB encaminha requerimento de informações à ministra da Economia, Zélia Cardoso de Mello, visando a conhecer os critérios adotados para a dispensa de funcionários no Banco do Brasil que, segundo foi noticiado pela imprensa, atingirá aqueles ligados a atividades sindicais e à organização política de trabalhadores.

Apesar de tanta disposição do líder do PSB, o trabalho do Congresso durante o mês de julho poderá ficar limitado ao projeto de política salarial (em eventual negociação com a base parlamentar do Governo) e a Lei de Diretrizes Orçamentárias, segundo estudos em andamento na presidência do Congresso.